§ 1º - Integram o Orçamento Fiscal as dotações orçamentárias, à conta do Tesouro do Estado, destinadas a transferências às empresas a título de subscrição de ações.

§ 2º - Integram o Orçamento Fiscal ou o Orçamento da Seguridade Social, conforme o vínculo institucional de cada uma das entidades, as dotações orçamentárias à conta do Tesouro do Estado, das receitas próprias e das receitas vinculadas, destinadas às fundações, autarquias e empresas dependentes.

Artigo 6º - Os recursos orçamentários destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde desenvolvidos pelo Estado, alocados na unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde-FUNDES, da Secretaria da Saúde, na forma prevista na Lei nº 17.387/2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022, serão executados:

I - pelas unidades da administração direta da Secretaria da Saúde, conforme programação demonstrada no Anexo I desta lei, devendo a unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde-FUNDES, na qualidade de unidade orçamentária gestora, providenciar a transferência das correspondentes dotações, obedecida a distribuição por fonte e por grupo de despesa;

II - pelas unidades orçamentárias da Administração Direta e Indireta, não vinculadas institucionalmente à Secretaria da Saúde e que realizem ações de saúde, devendo a unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde-FUNDES providenciar as transferências das correspondentes dotações por meio da modalidade de aplicação intraorçamentária, obedecida a distribuição por fonte e por grupo de despesa.

SEÇÃO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Artigo 7º - As fontes de recursos para financiamento das despesas do Orçamento de Investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, somam R$ 10.182.988.533,00 (dez bilhões, cento e oitenta e dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil e quinhentos e trinta e três reais), conforme especificação a seguir:

ORIGENS DO FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

ORIGEM DO FINANCIAMENTO	VALOR
SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	4.108.555.929
PRÓPRIOS	3.576.544.376
OUTRAS FONTES	170.095.710
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.327.792.518
TOTAL	**10.182.988.533**

Artigo 8º - A despesa do Orçamento de Investimentos, não computadas as entidades cuja programação consta integralmente do Orçamento Fiscal, é fixada em R$ 10.182.988.533,00 (dez bilhões, cento e oitenta e dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil e quinhentos e trinta e três reais), com a seguinte distribuição por Órgão Orçamentário:

DESPESA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS POR ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO

Valores em R$ 1,00

ÓRGÃO	VALOR
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	1.343.680.174
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	1.233.494.412
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE	4.478.213.010
SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	3.027.485.712
SECRETARIA DE GOVERNO	100.115.225
TOTAL	**10.182.988.533**

SEÇÃO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Artigo 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Lei nº 17.387, de 22 de julho de 2021, abrir, durante o exercício, créditos adicionais suplementares, até o limite de 17% (dezessete por cento) da despesa total fixada no artigo 4º desta lei, observadas as disposições constantes no parágrafo único do artigo citado e no artigo 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos adicionais até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência;

Parágrafo Único - Para efeito de atendimento ao que estabelece o § 2º, do Artigo 12, da Lei nº 17.387, de 22 de julho de 2021, serão consideradas as informações disponíveis e detalhadas nas respectivas solicitações de movimentações orçamentárias no Sistema de Alteração Orçamentária.

SEÇÃO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 10 - Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 22/12/2021.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

(Os anexos serão publicados oportunamente em Suplemento)

AUTÓGRAFO Nº 33.213

Projeto de lei nº 268, de 2021

Autoria: Márcia Lia - PT

Institui o "Dia Estadual de Proteção aos Manguezais".

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica instituído o "Dia Estadual de Proteção aos Manguezais", a ser comemorado, anualmente, em 26 de julho.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/12/2021.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

AUTÓGRAFO Nº 33.214

Projeto de lei nº 807, de 2021

Autoria: Milton Leite Filho - DEM e Leci Brandão - PCdoB

Institui o "Dia da Favela".

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica instituído o "Dia da Favela", a ser comemorado, anualmente, em 4 de novembro.

Parágrafo único - A data instituída no "caput" fica incluída no Calendário Oficial do Estado.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/12/2021.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

Debates

14 DE DEZEMBRO DE 2021
84ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: SARGENTO NERI, MAJOR MECCA
e CARLÃO PIGNATARI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - SARGENTO NERI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Pede a publicação do decreto que autoriza o pagamento do abono-Fundeb. Cobra o pagamento a todos os servidores de Educação do Estado. Reflete sobre anúncio do secretário de Educação a ser publicado nesta tarde. Lamenta os descontos no 13º de aposentados e pensionistas. Clama pela aprovação do PDL 22/20.

3 - PRESIDENTE SARGENTO NERI

Demonstra apoio ao PDL 22/20.

4 - MAJOR MECCA

Tece considerações a respeito das políticas públicas de Segurança. Comenta ataques ao 44º Batalhão, em Guarulhos. Critica punições a agentes envolvidos em ocorrências com troca de tiros. Cobra medidas de apoio aos policiais. Alerta para o aumento de crimes no Estado.

5 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, informa a presença de oficiais de justiça neste plenário, contrários ao PL 752/21.

6 - PRESIDENTE SARGENTO NERI

Endossa o discurso do deputado Major Mecca. Considera São Paulo a cidade mais perigosa do País.

7 - FREDERICO D'AVILA

Cumprimenta Silvio Santos pelo aniversário, celebrado em 12/12. Reflete sobre a carreira do apresentador. Discorre sobre as políticas de Segurança. Critica a instalação de câmeras nos uniformes dos agentes. Cita agressão aos policiais. Lembra o policiamento próximo à casa do governador.

8 - PRESIDENTE SARGENTO NERI

Alega que as imagens das câmeras nos coletes dos policiais não podem ser divulgadas.

9 - FREDERICO D'AVILA

Para comunicação, questiona responsabilização em casos de agentes baleados.

10 - PRESIDENTE SARGENTO NERI

Informa que seu sobrinho, que é policial militar, foi baleado no final de semana passado.

11 - EDNA MACEDO

Comenta visita à Fundação Amaral Carvalho, em Jaú. Elogia o trabalho da entidade no tratamento de câncer de medula óssea. Pede o envio de emendas parlamentares para manutenção do hospital. Cobra mais investimentos em Saúde na cidade de São Paulo.

12 - MAJOR MECCA

Assume a Presidência.

13 - SARGENTO NERI

Valoriza o trabalho da Fundação Amaral Carvalho. Cita arrecadação de um milhão e 300 mil reais em emendas do Grupo PDO para o hospital. Comenta a situação do Centro de Referências de Moléstias Infecciosas de Bauru. Cobra providências do secretário de Saúde. Critica o uso de imagens de câmeras policiais em reportagens.

14 - JANAINA PASCHOAL

Apoia a emenda do deputado Ricardo Madalena ao texto do Orçamento, para investimentos no Oncocentro. Considera curto o prazo para leitura do relatório do Orçamento antes da votação. Lista pautas a serem tratadas no texto. Informa que irá obstruir propositura que autoriza empréstimo de um bilhão de dólares ao governo estadual. Cobra o término de obras já iniciadas.

15 - RICARDO MADALENA

Para comunicação, agradece o apoio da deputada Janaina Paschoal à emenda de sua autoria em prol do Oncocentro.

GRANDE EXPEDIENTE

16 - ALEX DE MADUREIRA

Para comunicação, registra a presença de políticos das cidades de Aguaí, Santa Cruz das Palmeiras, Leme e Araras.

17 - JANAINA PASCHOAL

Comenta posição contrária à instauração do "passaporte de vacinação", na cidade Aguaí. Afirma-se apoiadora do PL 668/21. Discorre a respeito de divergências no trâmite do PL 752/21. Agradece a Secretaria de Saúde de Campinas, pela receptividade durante apresentação do sistema Sisnov.

18 - RICARDO MELLÃO

Pelo art. 82, tece comentários a respeito do PL 752/21. Questiona a real necessidade de aprovação do projeto citado. Sugere a realização de audiência pública para discussão da pauta citada.

19 - JANAINA PASCHOAL

Pelo art. 82, comenta apoio ao senador Antônio Anastasia, para cargo no TCU. Defende o conhecimento técnico, em detrimento de indicações políticas, para os tribunais.

20 - JANAINA PASCHOAL

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

21 - PRESIDENTE MAJOR MECCA

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h25min.

22 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h32min. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

ORDEM DO DIA

23 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Informa a comemoração de 20 anos do Instituto Legislativo Paulista. Pede uma salva de palmas para as gestoras do ILP, presentes em plenário. Diz haver um livro dos 20 anos de ILP para cada um dos deputados. Solicita que seja indicada qualquer tipo de capacitação para ser realizada no ILP. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados os requerimentos de urgência ao PL 684, de autoria da Mesa; e ao PLC 4/20, de autoria do Tribunal de Contas.

24 - RICARDO MELLÃO

Solicita uma verificação de votação.

25 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

26 - JANAINA PASCHOAL

Declara obstrução da bancada do PSL ao processo de votação.

27 - CARLOS GIANNAZI

Declara obstrução da bancada do PSOL ao processo de votação.

28 - PROFESSORA BEBEL

Declara obstrução da bancada do PT ao processo de votação.

29 - RICARDO MELLÃO

Retira o pedido de verificação de votação.

30 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Declara aprovado o requerimento de urgência ao PLC 4/20. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados os requerimentos de urgência ao PLC 5/20, de autoria do Tribunal de Contas; e ao PL 735, de autoria do Tribunal de Justiça. Encerra a discussão e coloca em votação o requerimento de urgência ao PL 807/21, de autoria dos deputados Leci Brandão e Milton Leite.

31 - PROFESSORA BEBEL

Para comunicação, discorre sobre o projeto de lei que trata dos agentes do Tribunal de Justiça. Diz terem sido muito importantes as apresentações feitas sobre o projeto, ontem, em reunião do Colégio de Líderes. Agradece, em nome dos deputados do PT, a retirada deste projeto da pauta. Elogia a postura do deputado Campos Machado. Parabeniza os trabalhadores do Tribunal de Justiça. Coloca a bancada do PT à disposição de todos.

32 - CARLOS GIANNAZI

Encaminha a votação do PL 807/21, em nome do PSOL.

33 - PROFESSORA BEBEL

Encaminha a votação do PL 807/21, em nome do PT.

34 - EMIDIO LULA DE SOUZA

Encaminha a votação do PL 807/21, em nome do PT.

35 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de urgência ao PL 807/21.

36 - VINÍCIUS CAMARINHA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

37 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Anota o pedido.

38 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, faz apelo para que os deputados doem parte de suas emendas para a AACD. Coloca uma lista à disposição dos parlamentares.

39 - SARGENTO NERI

Para comunicação, comemora a retirada do projeto do Tribunal de Justiça da pauta de votação. Elogia o bom senso desta Casa.

40 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Para comunicação, discorre sobre o PL 752, que foi retirado da pauta de votação. Diz que, como advogado, sempre militou em favor da população mais carente. Relata as dificuldades enfrentadas pelas pessoas que dependem da Justiça e que não têm condições de arcar com as taxas. Afirma que o projeto não deveria ser aprovado nesta Casa.

41 - DOUGLAS GARCIA

Declara seu voto contrário ao PL 807/21.

42 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido do deputado Vinícius Camarinha. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 15/12, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, hoje, às 17 horas e 14 minutos. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Sargento Neri.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - SARGENTO NERI - SD - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior, e recebe o expediente.

Passo agora à leitura da lista dos oradores do Pequeno Expediente. Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Professor Walter Vicioni. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputado José Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.)

Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, nobre deputado Sargento Neri, deputada Edna Macedo, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia, só hoje foi publicada a Lei do Abono-Fundeb, depois de muito tempo, muita enrolação do governo Doria, do secretário Rossieli, da Assembleia Legislativa, que é controlada pelo governo.

Após a aprovação do PLC 27, só no dia de hoje que saiu a publicação da lei que concede o Abono-Fundeb para os profissionais da Educação da rede estadual. Tardiamente, porque esse projeto já poderia ter sido aprovado lá em outubro, quando ele deu entrada aqui na Assembleia, quando ele foi publicado.

Mas, enfim, o governo tem protelado. Agora, o que mais me deixa perplexo, deputados e deputadas, é que não saiu a publicação do decreto. Sem o decreto, não há o pagamento do Abono-Fundeb.

O governo ainda não fez o decreto, ele aprovou a lei que está fazendo a prestação, parece-me. Acho que ele quer chegar no Natal, daí que ele começa a pagar, para falar que é um abono de Natal, que é um presentinho do governo Doria, do Rossieli para os profissionais da Educação.

Parece-me que é isso que ele está fazendo, porque, se houvesse interesse realmente, o governo já teria preparado tanto a publicação da lei como também o decreto regulamentando o pagamento.

Eu ouvi agora, fui alertado por vários professores que estão me ligando, dizendo "Olha, Giannazi, o secretário está dizendo nas redes sociais que ele vai anunciar hoje algo muito importante para a Educação, às 16 horas. Ele vai fazer o anúncio de algo muito importante".

A última vez que ele fez isso, recentemente, na semana passada, também "Vamos fazer o anúncio no Palácio dos Bandeirantes com o governador Doria de um assunto, um tema muito importante para a Educação".

Todos achavam que era a publicação da lei com o decreto. Não era, ele anunciou o lançamento de uma carreta de informática que estaria rodando o estado de São Paulo. Foi uma decepção só.

Agora ele anuncia, diz que às 16 horas fará o anúncio de algo muito importante e significativo para a Educação. Há rumores de que ele esteja preparando mais uma maldade para o magistério estadual.

Há rumores; recebi aqui algumas mensagens dizendo que talvez seja até, espero que não, seja até o novo plano de carreira para os professores, para o magistério estadual, que seria um verdadeiro desastre, seria um presente de grego, seria o tiro de misericórdia no magistério estadual, se ele fizer isso.

Ou ele pode anunciar o decreto, talvez, como ele está fazendo tudo à prestação. O fato é que há uma ansiedade na rede. Esse Abono-Fundeb é uma obrigação do governo.

Ele é determinado pela lei federal, pela Emenda Constitucional nº108, pela Lei do Novo Fundeb, a Lei Federal 14.113, e pelo Art. 212-A da Constituição Federal. Então o governo não está fazendo mais que a sua obrigação de pagar esse Abono-Fundeb.

Agora, o que o governo não respondeu até agora é por que não enviou o projeto de lei também incluindo no Abono-Fundeb os outros segmentos importantes da Educação, sobretudo os servidores do Quadro de Apoio Escolar, o QAE e o QSE, por exemplo.

Quando nós aprovamos o PLC nº 37, o líder do Governo veio à tribuna, onde eu estou agora, e disse que o governo estaria encaminhando esse projeto. O próprio secretário da Educação também disse o mesmo.

Mas, até agora, nós estamos já praticamente talvez na última semana de funcionamento aqui da Assembleia Legislativa, e nada foi feito. O projeto não chegou ainda para honrar a palavra tanto da liderança do Governo aqui na tribuna como também do próprio secretário.

E também, logicamente, a inclusão da valorização salarial dos aposentados e pensionistas, que estão sendo massacrados pelo confisco e agora estão recebendo mais um presente, deputado Mecca e deputada Edna Macedo.

Os aposentados e pensionistas estão tendo um confisco também no 13º salário. Além do confisco nos salários, agora, quando chega a parte do 13º, também tem confisco. Eles estão confiscando 14%, deputado Mecca, do 13º dos aposentados e pensionistas do estado de São Paulo. Nunca vi tanta perversidade de um governo como a do governo Doria.

É isso, nós vamos continuar cobrando, sobretudo, para concluir, Sr. Presidente, a aprovação do nosso PDL nº 22, que acaba com o confisco das aposentadorias. Só falta ser votado na Comissão de Finanças.

Faço um apelo ao deputado Gilmaci Santos para que ele chame uma reunião extraordinária da Comissão de Finanças. Só falta a Comissão de Finanças, todas as outras já aprovaram, falta a dele. Já tem o parecer favorável.

Faço um apelo, deputado Gilmaci Santos, cumpra o seu papel. Vossa Excelência tem que cumprir o Art. 38 do Regimento Interno, chamando uma reunião extraordinária, colocando a emenda ao PDL para ser votada. Aí sim ele fica liberado, fica sem nenhuma amarra e pode ser votado aqui no plenário.

Enquanto isso, não adianta ficar jogando a culpa em mim, dizendo que eu tenho o poder para colocar em votação a hora que eu quero, isso não funciona. Lembrando que foi V. Exa., deputado Gilmaci Santos, que ajudou a sabotar a aprovação do PDL 22 no dia 16 de dezembro de 2020, aqui no plenário, quando V. Exa. assinou a emenda, o golpe. A emenda de plenário tirando o PDL de votação.

A sua digital está lá, deputado, então não adianta ficar soltando WhatsApp, tentando me atacar, me difamar, porque eu tenho história, tenho honra, tenho trajetória e as pessoas me conhecem.

Agora V. Exa., desde o dia em que chegou aqui, em 2007, na mesma legislatura que eu, V. Exa. sempre votou contra os servidores. Em todos os projetos que afetavam os servidores, a digital de V. Exa. está lá.

Eu faço um desafio aos servidores, pesquisem a Lei 1093, a reforma da Previdência, o PL 529, está tudo lá, o deputado Gilmaci Santos ajudando o governo a prejudicar os servidores, os aposentados e pensionistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - SARGENTO NERI - SD - Queria dizer ao deputado Giannazi, parabenizar ele pelo PDL 22, o qual eu apoio plenamente.

Dando continuidade à lista de oradores, Major Mecca.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, funcionários que nos dão suporte, policiais militares aqui presentes, amigos que estão na galeria acompanhando o nosso trabalho parlamentar, todos que nos acompanham pela Rede Alesp e pelas redes sociais. A crise na Segurança Pública no estado de São Paulo nunca esteve em uma situação tão penosa como encontra-se nos últimos anos.

Hoje, dia 14 de dezembro, e na última sexta-feira, eu concentrei as minhas fiscalizações no município de Guarulhos. O que eu me deparei na área do 44º Batalhão, o 44, deputada Edna Macedo, lá em Guarulhos, é uma situação de profunda tristeza.

Os nossos policiais naquela área do estado de São Paulo, este ano, já foram atacados 17 vezes, deputado Giannazi, por criminosos. Equipe de policiais militares, este ano, por 17 vezes, inclusive a base comunitária da PM foi atacada este ano.

Nós fomos saber qual apoio que o comando da Polícia Militar está prestando aos nossos policiais naquela região, porque foram 17 equipes atacadas a tiro, tiveram policiais baleados, viaturas na área do 44 são cercadas por grupo de motociclistas criminosos, grupos, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, com 40, 50 motociclistas que rodeiam a viatura, começam a estourar escapamento e ficam os policiais ali cercados, sem ter o que fazer. E qual apoio que o comando da Polícia Militar está prestando a esses patrulheiros?

Hoje, não só hoje, mas esta semana, o 44 não tem força tática atuando na área do batalhão, ou seja, radiopatrulha não tem apoio, cidadão de bem, trabalhador está nas mãos do crime, continua nas mãos do crime.

Os policiais têm os seus horários trocados. Sabe por que os policiais, deputado Sargento Neri, têm o horário trocado? Sai do 12 por 36, vai para o 5 por dois. Porque eles foram atacados a tiros, e o policial ser atacado a tiro aqui no estado de São Paulo tem que ser punido.

O policial, além de dar graças a Deus que não morreu, conseguiu se defender, conseguiu proteger a sua vida e a vida do cidadão, aí tem o horário dele alterado, vai para o cinco por dois. Parte dos policiais foram transferidos, e a corregedoria da Polícia Militar foi lá no batalhão, fez uma vistoria em tudo. Sem problema, foi lá, vistoriou, não encontrou nada.

Aí você conversa com policiais nas ruas. Sr. Secretário de Segurança Pública, general Campos; coronel Camilo, secretário-executivo da Polícia Militar; comandante-geral, coronel Alencar, tem policial que no último turno de serviço foi rondado cinco vezes. E eu estou falando de policial que eu conheço. Eu estou falando porque eu vivi na polícia 31 anos.

Eu não estou vindo aqui falar porque eu sou deputado e vou falar da Segurança Pública, eu estou falando do que eu conheço, por constatação. Policial que já trabalhou comigo, que é guerreiro, policial que tem a vocação, que defende o povo de São Paulo foi rondado cinco vezes no mesmo turno de serviço, deputado Sargento Neri. Até quando São Paulo, através do secretário de Segurança, do comando das polícias, vai proteger bandido e punir policiais? Até quando, eu pergunto.

Eu quero que vocês respondam por escrito no meu requerimento de informações o que vocês estão fazendo para apoiar o soldado que está nas ruas tomando tiro, porque o policial que foi baleado no 44, eu conversei com ele.